



Henri Matisse / *Vierge et Enfant sur fond de fleurs et d'étoiles* 1950-1951
Museus do Vaticano

Nascimento virginal e Palavra de Deus

No primeiro dia do ano civil a liturgia católica, ainda extasiada na contemplação do presépio, celebra Maria como Virgem Mãe do Filho de Deus. Essa afirmação da fé, a Igreja vai buscá-la à palavra de Lucas e Mateus (1-2). Continuamos a meditá-la. Em linha com a leitura que dela fazíamos no anterior *BE [Boletim de Espiritualidade]*, não narra a concepção e o nascimento virginais de Jesus como se estivesse a *vê-los por fora*. Narra o que a fé apostólica *via por dentro* desse acontecimento histórico: via o seu sentido teológico. Aí, a palavra da fé não perguntava sobre um facto biológico extraordinário e humanamente impossível; nem dava a ideia de que as relações matrimoniais tornariam a geração de Jesus menos pura ou indigna d'Ele, numa espécie de exaltação da castidade da mãe. O que a fé via está para além do *modo* como possam ter acontecido a concepção e o nascimento de Jesus ao nível físico, biológico, ginecológico. Como vimos, a narrativa em forma de *mirrás* não se exprime ao nível de factos constatáveis empiricamente, nem a sua espessura espiritual pode ser reduzida a um assunto de genética, totalmente estranha à sua intenção. É narrativa *religiosa*, de pura fé, para suscitar mais fé. Não se podem colocar à narrativa perguntas de fisiologia, às quais ela não quer nem consigne dar resposta e para as quais não

foi pensada. Não tem intenção de fazer biografia ou informar sobre história. Quer formar a fé sobre *o ser* daquele menino. Quer dizer que Deus se comprometeu, pelo seu Espírito, no nascimento d'Ele. Deter-se a perguntar «como pôde Maria conceber sendo virgem?» seria tão absurdo como colocar perguntas de ciências naturais ou de historiografia a uma poesia. Perguntas desse género condicionam e estorvam a captação da mensagem religiosa, que é a que constitui Palavra de Deus. Os leitores imediatos não faziam essas perguntas (nem o leitor sensato faz perguntas sobre como decorreu o concílio dos deuses no canto V da *Odisseia*, de Homero). Acolhiam a verdade *Espiritual* para a qual a virgindade, *enquanto realidade absoluta*, aponta: entravam e ficavam na contemplação de Jesus como Filho de Deus e de Maria como sacrário do Filho de Deus.

Portanto, a verdade da concepção de Jesus por acção do Espírito não pode nem quer ser demonstrada; quer ser acreditada. Só a fé capta tão sublime verdade. A afirmação do nascimento de Jesus *da virgem* Maria está, narrativamente, ao serviço da fé pascal, para identificar *Jesus* como *Filho de Deus*: envolve-o no mistério de Deus. Aliás, o acto de fé na concepção virginal de Jesus, expresso nas narrativas bíblicas, só se pode entender no contexto da fé na sua ressurreição pela acção do Espírito de

Deus. De facto, essas narrativas pressupõem uma meditação retrospectiva sobre as origens de Jesus à luz da ressurreição, que revelou plenamente o mistério do seu ser. Como a fê dizia que foi o Espírito do Pai a fazê-l’O ressuscitar para a vida *Espiritual*, também disse que foi o Espírito a fazê-lo nascer para a vida física: “O anjo do Senhor respondeu [a Maria]: o Espírito Santo virá sobre ti...; por isso, aquele que há-de nascer é santo e será chamado *Filho de Deus*” (Lc 1,35). O título *filho de Deus* é posto na palavra do “anjo do Senhor” como a *boa nova* da ressurreição, significando que, no nascimento como na ressurreição, é, afinal, Deus que pode revelar quem é o seu *Ungido* (Lc 1,26-38; 2,9-15 e 24,4-7). O acontecimento da ressurreição de Jesus projectou luz sobre a sua vida terrena, também sobre a concepção e o nascimento.

Sendo *midrás*, as narrativas desses dois acontecimentos não inventam nem são literatura de ficção. Mas eles, nos pormenores, não sucederam à letra com a exactidão factual que uma visão historicista gostaria de descobrir nelas: são fusão do factual com o *imaginado*. Jesus, Maria, José, João, Isabel, Zacarias, os pastores... são personagens históricas: a concepção e o nascimento de Jesus aconteceram mesmo. Belém, Jerusalém são lugares conhecidos. Aquilo que é literariamente tecido com *imagens* é a

trama pormenorizada do anúncio da concepção e do nascimento do menino, o *magnificat* que o celebra, a narrativa dos magos... As citações trazidas do Antigo Testamento querem iluminar teologicamente os mistérios relacionados com o nascimento de Jesus. Por meio do *midrás*, o seu nascimento, objectivo, evidenciava “a plenitude dos tempos” e realizava a esperança do povo ligado à revelação bíblica: aparecia como *anel central da cadeia da história salvífica*, entre o Antigo Testamento e o Novo. O *midrás*, com o ramalhete de palavras das Escrituras, sugeria que Jesus tinha “cumprido” à perfeição as profecias e promessas nelas contidas, isto é, o desígnio salvador de Deus para a humanidade. Os embelezamentos literários (anunciação do anjo, chacina dos inocentes...) fecundavam de sentido transcendente os factos históricos mencionados: eram espiritualidade a meditar a história: sugeriam o invisível, que o historiador não poderia contar. O *midrás* narrativo convida o leitor a ver para além de si mesmo, a transferir-se para dentro do mistério e a deixar-se orientar por ele a partir *do Alto*, enlevado na contemplação pela virtude da palavra.

ARMINDO VAZ, OCD. Presbítero da
Ordem dos Carmelitas Descalços (OCD).
Professor em Sagrada Escritura,
Ciências Bíblicas ou Teologia Bíblica.

[HTTPS://ESPIRITUALIDADE.CARMELITAS.PT/BOLETIM/NASCIMENTO-VIRGINAL-E-PALAVRA-DE-DEUS/](https://espiritualidade.carmelitas.pt/boletim/nascimento-virginal-e-palavra-de-deus/)

Recordamos que o DIA MUNDIAL DA PAZ foi estabelecido pelo Papa PAULO VI na sua *Mensagem* de DEZEMBRO DE 1967 e celebrado pela primeira vez em JANEIRO DE 1968. No tema a Guerra do Vietname e o pedido de um cessar-fogo do conflito que tinha iniciado em 1955.

Mensagem do papa Francisco
para o 55º Dia Mundial da Paz (1 janeiro 2022)

Diálogo entre gerações, educação e trabalho: instrumentos para construir uma paz duradoura

1. «*Que formosos são sobre os montes os pés do mensageiro que anuncia a paz*» (Is 52, 7)!

Estas palavras do profeta Isaías manifestam a consolação, o suspiro de alívio dum povo exilado, extenuado pelas violências e os abusos, exposto à infâmia e à morte. Sobre esse povo, assim se interrogava o profeta Baruc: «Por que estás tu em terra inimiga, envelhecendo num país estrangeiro? Contaminaste-te com os mortos, foste contado com os que descem ao Hades» (3,10-11). Para aquela gente, a chegada do *mensageiro de paz* significava a esperança dum renascimento dos escombros da história, o início dum futuro luminoso.

Ainda hoje o *caminho da paz* – o novo nome desta, segundo São Paulo VI, é *desenvolvimento integral* [1] – permanece, infelizmente, arredio da vida real de tantos homens e mulheres e consequentemente da família humana, que nos aparece agora totalmente interligada. Apesar dos múltiplos esforços

visando um diálogo construtivo entre as nações, aumenta o ruído ensurdecador de guerras e conflitos, ao mesmo tempo que ganham espaço doenças de proporções pandémicas, pioram os efeitos das alterações climáticas e da degradação ambiental, agrava-se o drama da fome e da sede e continua a predominar um modelo económico mais baseado no individualismo do que na partilha solidária. Como nos tempos dos antigos profetas, continua também hoje a elevar-se o *clamor dos pobres e da terra* [2] para implorar justiça e paz.

Em cada época, a paz é conjuntamente dádiva do Alto e fruto dum empenho compartilhado. De facto, há uma «arquitetura» da paz, onde intervêm as várias instituições da sociedade, e existe um «artesanato» da paz, que nos envolve pessoalmente a cada um de nós [3]. Todos podem colaborar para construir um mundo mais pacífico partindo do próprio coração e das relações em família, passando pela sociedade e o meio ambiente, até chegar às relações entre os povos e entre os Estados.

Quero propor, aqui, *três caminhos* para a construção duma paz duradoura. Primeiro, o *diálogo entre as gerações*, como base para a realização de projetos compartilhados. Depois, *a educação*, como fator de liberdade, responsabilidade e desenvolvimento. E, por fim, *o trabalho*, para uma plena realização da dignidade humana. São três elementos imprescindíveis para tornar «possível a criação dum pacto social» [4], sem o qual se revela inconsistente todo o projeto de paz.

2. *Dialogar entre gerações para construir a paz*

Num mundo ainda fustigado pela pandemia, que tem causado tantos problemas, «alguns tentam fugir da realidade, refugiando-se em mundos privados, enquanto outros a enfrentam com violência destrutiva, mas, entre a indiferença egoísta e o protesto violento há uma opção sempre possível: o diálogo, [concretamente] o diálogo entre as gerações» [5].

Todo o diálogo sincero, mesmo sem excluir uma justa e positiva dialética, exige sempre uma confiança de base entre os interlocutores. Devemos voltar a recuperar esta confiança recíproca. A crise sanitária atual fez crescer, em todos, o sentido da solidão e o isolar-se em si mesmos. Às solidões dos idosos veio juntar-se, nos jovens, o sentido de impotência e a falta duma noção compartilhada de futuro. Esta crise é sem dúvida aflitiva, mas nela é possível expressar-se também o melhor das pessoas. De facto, precisamente durante a pandemia, constatamos nos quatro cantos do mundo generosos testemunhos de compaixão, partilha, solidariedade.

Dialogar significa ouvir-se um ao outro, confrontar posições, pôr-se de acordo e caminhar juntos. Favorecer tudo isto entre as gerações significa amansar o terreno duro e estéril do conflito e do descarte para nele se cultivar as sementes duma paz duradoura e compartilhada.

Enquanto o progresso tecnológico e económico frequentemente dividiu as gerações, as crises contemporâneas revelam a urgência da sua aliança. Se os jovens precisam da experiência existencial, sapiencial e espiritual dos idosos, também estes precisam do apoio, carinho, criatividade e dinamismo dos jovens.

Os grandes desafios sociais e os processos de pacificação não podem prescindir do diálogo entre os guardiões da memória – os idosos – e aqueles que fazem avançar a história – os jovens –; tal como não é possível prescindir da disponibilidade de cada um dar espaço ao outro, nem pretender ocupar inteiramente a cena preocupando-se com os seus interesses imediatos como se não houvesse passado nem futuro. A crise global que vivemos mostra-nos, no encontro e no diálogo entre as gerações, a força motora duma política sã, que não se contenta em administrar o existente «com remendos ou soluções rápidas» [6], mas presta-se, como forma eminente de amor pelo outro, [7] à busca de projetos compartilhados e sustentáveis.

Se soubermos, nas dificuldades, praticar este diálogo intergeracional, «poderemos estar bem enraizados no presente e, daqui, visitar o passado e o futuro: visitar o passado, para aprender da história e curar as feridas que às vezes nos condicionam; visitar o futuro, para alimentar o entusiasmo, fazer

germinar os sonhos, suscitar profecias, fazer florescer as esperanças. Assim unidos, poderemos aprender uns com os outros» [8]. Sem as raízes, como poderiam as árvores crescer e dar fruto?

É suficiente pensar no cuidado da nossa casa comum, já que o próprio meio ambiente «é um empréstimo que cada geração recebe e deve transmitir à geração seguinte» [9]. Por isso, devem ser apreciados e encorajados os numerosos jovens que se empenham por um mundo mais justo e atento à tutela da criação, confiada à nossa custódia. Fazem-no num misto de inquietude e entusiasmo, mas sobretudo com sentido de responsabilidade perante a urgente mudança de rumo [10], que nos é imposta pelas dificuldades surgidas da atual crise ética e sócio-ambiental [11].

Por outro lado, a oportunidade de construir, juntos, percursos de paz não pode prescindir da educação e do trabalho, lugares e contextos privilegiados do diálogo intergeracional: enquanto a educação fornece a gramática do diálogo entre as gerações, na experiência do trabalho encontram-se a colaborar homens e mulheres de diferentes gerações, trocando entre si conhecimentos, experiências e competências em vista do bem comum.

3. A instrução e a educação como motores da paz

Nos últimos anos, diminuiu sensivelmente a nível mundial o orçamento para a instrução e a educação, vistas mais como despesas do que como investimentos; e, todavia, constituem os vetores primários dum desenvolvimento humano integral: tornam a pessoa mais livre e responsável, sendo indispensáveis para a defesa e promoção da paz. Por outras palavras, instrução e

educação são os alicerces duma sociedade coesa, civil, capaz de gerar esperança, riqueza e progresso.

Ao contrário, aumentaram as despesas militares, ultrapassando o nível registado no termo da «guerra fria», e parecem destinadas a crescer de maneira exorbitante [12].

Por conseguinte é oportuno e urgente que os detentores das responsabilidades governamentais elaborem políticas económicas que prevejam uma inversão na correlação entre os investimentos públicos na educação e os fundos para armamentos. Aliás a busca dum real processo de desarmamento internacional só pode trazer grandes benefícios ao desenvolvimento dos povos e nações, libertando recursos financeiros para ser utilizados de forma mais apropriada na saúde, na escola, nas infraestruturas, no cuidado do território, etc.

Faço votos de que o investimento na educação seja acompanhado por um empenho mais consistente na promoção da cultura do cuidado [13]. Perante a fragmentação da sociedade e a inércia das instituições, esta cultura do cuidado pode-se tornar a linguagem comum que abate as barreiras e constrói pontes. «Um país cresce quando dialogam de modo construtivo as suas diversas riquezas culturais: a cultura popular, a cultura universitária, a cultura juvenil, a cultura artística e a cultura tecnológica, a cultura económica e a cultura da família, e a cultura dos meios de comunicação» [14]. É necessário, portanto, forjar um novo paradigma cultural, através de «um pacto educativo global para e com as gerações jovens, que empenhe as famílias, as comunidades, as escolas e universidades, as instituições, as religiões, os governantes, a

humanidade inteira na formação de pessoas maduras» [15]. Um pacto que promova a educação para a ecologia integral, segundo um modelo cultural de paz, desenvolvimento e sustentabilidade, centrado na fraternidade e na aliança entre os seres humanos e o meio ambiente [16].

Investir na instrução e educação das novas gerações é a estrada mestra que as leva, mediante uma específica preparação, a ocupar com proveito um justo lugar no mundo do trabalho [17].

4. Promover e assegurar o trabalho constrói a paz

O trabalho é um fator indispensável para construir e preservar a paz. Aquele constitui expressão da pessoa e dos seus dotes, mas também compromisso, esforço, colaboração com outros, porque se trabalha sempre com ou para alguém. Nesta perspetiva acentuadamente social, o trabalho é o lugar onde aprendemos a dar a nossa contribuição para um mundo mais habitável e belo.

A pandemia Covid-19 agravou a situação do mundo do trabalho, que já antes se defrontava com variados desafios. Faliram milhões de atividades económicas e produtivas; os trabalhadores precários estão cada vez mais vulneráveis; muitos daqueles que desempenham serviços essenciais são ainda menos visíveis à consciência pública e política; a instrução à distância gerou, em muitos casos, um retrocesso na aprendizagem e nos percursos escolásticos. Além disso, os jovens que assomam ao mercado profissional e os adultos precipitados no desemprego enfrentam hoje perspetivas dramáticas.

Particularmente devastador foi o impacto da crise na economia informal, que muitas vezes envolve os trabalha-

dores migrantes. Muitos deles – como se não existissem – não são reconhecidos pelas leis nacionais; vivem em condições muito precárias para eles mesmos e suas famílias, expostos a várias formas de escravidão e desprovidos dum sistema de previdência que os proteja. Mais, atualmente apenas um terço da população mundial em idade laboral goza dum sistema de proteção social ou usufrui dele apenas de forma limitada. Em muitos países, crescem a violência e a criminalidade organizada, sufocando a liberdade e a dignidade das pessoas, envenenando a economia e impedindo que se desenvolva o bem comum. A resposta a esta situação só pode passar por uma ampliação das oportunidades de trabalho digno.

Com efeito o trabalho é a base sobre a qual se há de construir a justiça e a solidariedade em cada comunidade. Por isso, «não se deve procurar que o progresso tecnológico substitua cada vez mais o trabalho humano: procedendo assim, a humanidade prejudicar-se-ia a si mesma. O trabalho é uma necessidade, faz parte do sentido da vida nesta terra, é caminho de maturação, desenvolvimento humano e realização pessoal» [18]. Temos de unir as ideias e os esforços para criar as condições e inventar soluções a fim de que cada ser humano em idade produtiva tenha a possibilidade, com o seu trabalho, de contribuir para a vida da família e da sociedade.

Como é urgente promover em todo o mundo condições laborais decentes e dignas, orientadas para o bem comum e a salvaguarda da criação! É necessário garantir e apoiar a liberdade das iniciativas empresariais e, ao mesmo tempo, fazer crescer uma renovada responsabilidade social para que o lucro não seja o

único critério-guia.

Nesta perspectiva, devem ser estimuladas, acolhidas e sustentadas as iniciativas, a todos os níveis, que solicitam as empresas a respeitar os direitos humanos fundamentais de trabalhadoras e trabalhadores, sensibilizando nesse sentido não só as instituições, mas também os consumidores, a sociedade civil e as realidades empresariais. Estas, quanto mais cientes estão da sua função social, tanto mais se tornam lugares onde se cultiva a dignidade humana, participando por sua vez na construção da paz. Sobre este aspeto, é chamada a desempenhar um papel ativo a política, promovendo um justo equilíbrio entre a liberdade económica e a justiça social. E todos aqueles que intervêm neste campo, a começar pelos trabalhadores e empresários católicos, podem encontrar orientações seguras na *doutrina social da Igreja*.

Queridos irmãos e irmãs! Enquanto procuramos unir os esforços para sair da pandemia, quero renovar os meus agradecimentos a quantos se empenharam e continuam a dedicar-se, com generosidade e responsabilidade, para garantir a instrução, a segurança e tutela dos direitos, fornecer os cuidados médicos, facilitar o encontro entre familiares e doentes, garantir apoio económico às pessoas necessitadas ou desempregadas. E asseguro, na minha oração, a lembrança de todas as vítimas e suas famílias.

Aos governantes e a quantos têm responsabilidades políticas e sociais, aos pastores e aos animadores das comunidades eclesiais, bem como a todos os homens e mulheres de boa vontade, faço apelo para caminharmos, juntos, por estas três estradas: o diálogo entre as gerações, a educação e o trabalho.

Com coragem e criatividade. Oxalá sejam cada vez mais numerosas as pessoas que, sem fazer rumor, com humildade e tenacidade, se tornam dia a dia artesãs de paz. E que sempre as preceda e acompanhe a bênção do Deus da paz!

Vaticano, 8 de dezembro de 2021.

Francisco

- [1] Cf. Carta enc. *Populorum progressio* (26/III/1967), 76-80.
- [2] Cf. Francisco, Carta enc. *Laudato si'* (24/V/2015), 49.
- [3] Cf. Francisco, Carta enc. *Fratelli tutti* (03/X/2020), 231.
- [4] *Ibid.*, 218.
- [5] *Ibid.*, 199.
- [6] *Ibid.*, 179.
- [7] Cf. *ibid.*, 180.
- [8] Francisco, Exort. ap. pós-sinodal *Christus vivit* (25/III/2019), 199.
- [9] Francisco, Carta enc. *Laudato si'* (24/V/2015), 159.
- [10] Cf. *ibid.*, 163; 202.
- [11] Cf. *ibid.*, 139.
- [12] Cf. Francisco, *Mensagem aos participantes no IV Fórum de Paris sobre a Paz* (11-13/XI/2021).
- [13] Cf. Carta enc. *Laudato si'* (24/V/2015), 231; Francisco, *Mensagem para o LIV Dia Mundial da Paz. A cultura do cuidado como percurso de paz* (08/XII/2020).
- [14] Carta enc. *Fratelli tutti* (03/X/2020), 199.
- [15] Francisco, *Mensagem-vídeo por ocasião do Encontro «Global Compact on Education. Together to look Beyond»* (15/X/2020).
- [16] Cf. Francisco, *Mensagem-vídeo por ocasião do «High Level Virtual Climate Ambition Summit»* (13/XII/2020).
- [17] Cf. São João Paulo II, Carta enc. *Laborem exercens* (14/IX/1981), 18.
- [18] Carta enc. *Laudato si'* (24/V/2015), 12